

D.O.U: 22.09.2005

Seção: 1

Página(s): 127

Ementa:

O TCU considerou como impróprio o estabelecimento de contrato administrativo com prazo de vigência de 630 dias, compreendendo período de vigência (02.02.2004 a 31.10.2005) superior ao dos créditos orçamentários, a despeito de alerta da Consultoria Jurídica/AGU (item 9.2.2.6, TC-012.238/2005-2, Acórdão nº 1.429/2005-TCU-Plenário).